



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESPÍRITO SANTO  
Rua João Batista Parra, 575 - Bairro Praia do Suá - CEP 29052-123 - Vitória - ES

## **TERMO**

### **TERMO DE REFERÊNCIA**

#### **1 – JUSTIFICATIVA DA AQUISIÇÃO**

A aquisição de bateria para o desfibrilador faz-se necessária para o adequado funcionamento do aparelho, visando atender às necessidades da Seção de Assistência à Saúde e Programas Sociais (SASPS), conforme a quantidade e especificações contidas nos itens 2 e 3.

#### **2 – DO OBJETO**

Aquisição de 01 (uma) Bateria para DESFIBRILADOR HEARTSTART, com TRAÇADO DE ECG, MARCA PHILIPS, MODELO FR2.

#### **3 – CARACTERÍSTICAS DO OBJETO**

##### **3.1 – Especificações mínimas:**

3.1.1. Bateria de lítio com vida útil de 300 choques ou 05 anos no stand by.

- LiMnO<sub>2</sub>.
- DC 12 volts.
- 4.2 Ah amperes.

**QUANTIDADE: 01 unidade.**

#### **4 – DA ENTREGA**

4.1. A entrega dos equipamentos/produtos deverá ser feita na Seção de Almoxarifado e Patrimônio deste Tribunal, situada na Sede do TRE-ES, Av. João Batista Parra, 575, Andar Térreo, CEP 29052-123, Praia do Suá, Vitória-ES, em dias úteis, no horário das 12:00 às 18:00 h, sem que isso implique em acréscimo no preço.

O produto deverá ser entregue em conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência.

#### **5 – DO PRAZO DE ENTREGA**

5.1. O produto deverá ser entregue no prazo máximo de 60 (sessenta) dias úteis, contados a partir da assinatura do instrumento contratual/ recebimento da nota de empenho.

#### **6 – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

6.1. A empresa deverá devolver a nota de empenho/instrumento contratual devidamente assinado em até 3 (três) dias úteis, contados a partir do recebimento do mesmo;

6.2- A não manutenção da proposta ou descumprimento do prazo para a assinatura do instrumento contratual/recebimento de nota de empenho implicará na cobrança de multa equivalente a 20 (vinte) % do valor total da proposta encaminhada pela empresa e aceita pela Administração;

6.2.1- O descumprimento do prazo estabelecido para assinatura do instrumento contratual/recebimento da nota de empenho equivale à recusa em assiná-lo.

6.3 - Entregar os produtos no prazo estipulado no subitem 5.1 e no local informado no subitem 4.1;

6.4 - Entregar os mesmos pelo preço final proposto;

6.5 - Após a entrega, os produtos serão conferidos pelo setor competente, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, que atestará a sua regularidade.

6.5.1. Constatada qualquer irregularidade, a empresa deverá substituí-lo no prazo máximo de 20 (vinte) dias corridos, contados a partir do término do prazo máximo de entrega, estabelecido no subitem 5.1 ou a partir da data do recebimento, pela empresa, da comunicação expedida pelo setor competente deste TRE/ES, caso esta contagem seja mais favorável ao licitante vencedor;

6.5.2. Retirar, no ato da substituição, ou em até 05 (cinco) dias úteis da ocorrência da mesma, mediante documento hábil a ser emitido pelo fornecedor, todo material que porventura tenha sido substituído, por estar em desacordo com a especificação prevista neste termo;

6.6 - Entregar o produto com informações corretas, claras, precisas e em língua portuguesa sobre suas características, quantidade, composição e origem, em atendimento ao disposto no Código de Defesa do Consumidor, e, também, às Normas pertinentes (ABNT, ANVISA e outras), observando as dimensões e demais especificações solicitadas neste termo;

6.7 - Apresentar todas as certidões de regularidade atualizadas, tanto no ato da entrega dos produtos quanto no ato do pagamento da respectiva Nota Fiscal/Fatura;

6.8 - A Nota Fiscal/Fatura apresentada por ocasião do pagamento deverá ser, OBRIGATORIAMENTE, emitida pelo mesmo estabelecimento habilitado no procedimento contratual.

## 7- DA PROPOSTA

7.1. Ao encaminhar a proposta, o responsável pelo envio está ciente e de acordo com todas as condições estabelecidas no presente Termo de Referência, bem como de que a proposta encaminhada vincula a empresa ao cumprimento de seus termos.

## 8 – DO PAGAMENTO

8.1. A contratante pagará à Contratada o valor correspondente à contratação, mediante depósito bancário em sua conta corrente, até o 5º da útil subsequente ao recebimento definitivo/aceite do produto, devidamente atestado pelo setor competente deste Tribunal, desde que não haja fato impeditivo provocado pela mesma, obedecida à ordem cronológica de exigibilidade, nos termos do art. 5º, da Lei nº 8.666/93;

8.2. A contratada deverá, juntamente com a apresentação do documento fiscal, informar os dados do seu domicílio bancário (banco, agência e conta) para o correspondente pagamento, bem como, se é optante pelo Simples Nacional. Caso não apresente a informação de opção pelo Simples, os impostos e contribuições poderão ser devidamente retidos ao Tesouro Nacional;

8.3. A contratante confirmará se a contratada consta/permanece inscrita no Simples Nacional através de consulta ao portal do Simples Nacional para fins de cumprimento do disposto na Instrução Normativa RFB nº 1.234/2012(alterada pela IN RFB 1.540/2015), sem prejuízo de a contratada informar imediatamente à contratante qualquer alteração de sua permanência no Simples Nacional. Caso não se confirme a permanência da contratada no Simples Nacional, esta ficará sujeita à retenção de impostos e de contribuições, de acordo com a referida Instrução Normativa.

## 9- DAS PENALIDADES

9.1 - Em conformidade com as disposições previstas na Lei nº 8.666/93, pelo descumprimento das obrigações deste instrumento, a Contratada ficará sujeita às seguintes sanções:

Descumprimento	Percentual diário	Limite	Percentual total	Incidência da multa
Atraso na entrega ou na	0,5%	20	10%	Objeto em atraso

substituição				
Prazo excepcional de entrega ou substituição	0,5%	20	10%	Objeto em atraso
Inexecução total ou parcial	-	-	30%	Objeto inexecutado
Qualquer outra obrigação (por ocorrência)	-	-	0,5%	Total do contrato
Recusa de manutenção da proposta ou descumprimento do prazo para assinatura do instrumento contratual/confirmação de recebimento de nota de empenho	-	-	20%	Total da proposta

a) Pelo atraso injustificado na conclusão do serviço e/ou na entrega da peça, a Contratada sujeitar-se-á ao pagamento de multa diária correspondente a 0,5% (meio por cento) sobre o valor do objeto em atraso, até o 20º (vigésimo) dia, podendo atingir o percentual de 10% (dez por cento);

b) Pela inexecução total ou parcial do objeto, a Contratada sujeitar-se-á ao pagamento de multa correspondente a 30% (trinta por cento) sobre o valor do objeto inexecutado;

c) Pelo descumprimento de qualquer outra obrigação, a Contratada estará sujeita à multa de 0,5% (meio por cento) por ocorrência, calculada sobre o valor do contrato.

9.2 - O atraso superior a 20 (dias) dias na conclusão do serviço e/ ou na entrega da peça caracterizará a inexecução total da obrigação, suscetível à punição conforme disposto na alínea “b” do item 9.1.

9.3 - Excepcionalmente, após esse prazo e desde que haja prévia e expressa autorização da Administração, o objeto poderá ser recebido no prazo suplementar de até 20 (vinte) dias, sujeitando-se a Contratada à aplicação de multa diária correspondente a 0,5% (meio por cento), incidente sobre o valor do objeto, até o 20º (vigésimo) dia de atraso, podendo atingir o percentual de 10% (dez por cento), cumulativa à multa prevista na alínea “a” do item 9.1.

9.4 - A solicitação de prorrogação do prazo de conclusão dos serviços, na forma do parágrafo anterior, deverá ser sempre por escrito, devendo ser recebida contemporaneamente ao fato que ensejá-la.

9.5 - As penalidades acima não excluem as previstas no art. 87 da Lei nº 8.666/93.

9.6 - A aplicação das multas previstas não exime a Contratada de reparar eventuais danos, perdas ou prejuízos que o seu ato punível venha a acarretar à Administração.

9.7 - Os valores das multas porventura aplicadas serão descontados dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração à Contratada ou cobrados judicialmente.

9.8 - As sanções porventura aplicadas pela Administração serão registradas no SICAF.

9.9 - A aplicação das penalidades será precedida da concessão da oportunidade de ampla defesa por parte da Contratada, na forma da Lei nº 9.784/99 (Lei do Processo Administrativo).

9.10 - A contagem do prazo estabelecido na alínea “a” do item 9.1 inicia-se automaticamente no primeiro dia de atraso da conclusão do serviço e/ ou na entrega da peça, não havendo necessidade de apresentação de pedido de prorrogação de prazo pela Contratada, exceto nas hipóteses em que a Administração expressamente manifestar seu desinteresse no recebimento extemporâneo do objeto.

9.11 - A contagem do prazo estabelecido no item 9.3 inicia-se a partir da data do recebimento, pela Contratada, da comunicação expedida pelo setor competente deste TRE/ES, ou a partir do término do prazo estabelecido na alínea “a” do item 9.1, caso esta contagem seja mais favorável à Contratada.

9.12 - A base de cálculo da penalidade de multa será proporcional à parcela do objeto entregue ou substituído em atraso, desde que, ao final dos prazos previstos neste item, o objeto contratado tenha sido recebido de forma integral pelo Tribunal.



Documento assinado eletronicamente por **PATRICIA NOGUEIRA FIGUEIREDO**, Técnico Judiciário, em 13/04/2020, às 14:02, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **CARLOS MAGNO CHAGAS DE OLIVEIRA**, Chefe de Seção, em 14/04/2020, às 16:30, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [http://sei.tre-es.jus.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.tre-es.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **0352206** e o código CRC **E4743AFA**.